

## Considerações sociológicas

### Novelas brasileiras: alienação ou conscientização na tela?

No Brasil, uma das principais expressões da indústria cultural são as telenovelas. O modelo de contar uma história de maneira linear se tornou comum nos jornais em fins do século XIX, passando posteriormente para o rádio. No entanto, foi na televisão que esse gênero consolidou-se como um modo específico de entretenimento.

A trajetória da teledramaturgia se desenvolveu no Brasil a partir dos anos 1950, com a adaptação de novelas radiofônicas para o novo meio de comunicação. No final dos anos 1960, as produções passaram a incorporar diferentes técnicas e ficaram sofisticadas, o que tornou o gênero o mais popular entre os programas televisivos. Desde então, as telenovelas vêm causando admiração, comoção e envolvimento no público brasileiro, o que as torna uma mercadoria de grande valor, sendo até exportadas para outros países.

Por conta da importância que adquiriram no cotidiano, as novelas são objeto de debate em diferentes esferas da sociedade e também nas Ciências Sociais. No campo da Sociologia, a interpretação das novelas apresenta duas visões. A primeira, filiada à perspectiva crítica desenvolvida por Adorno e Horkheimer, considera as novelas um veículo de difusão da ideologia das classes dominantes. Nesse sentido, essa forma de entretenimento seria um modo de alienar o público, falseando a realidade. Isso significa interpretar que os enredos, os personagens e as cenas têm o propósito de impedir o público de refletir sobre sua própria realidade. A utilização do modelo clássico de oposição simples entre o bem e o mal, a reprodução estereotipada de grupos e minorias sociais e a montagem de cenas e situações com o objetivo de vender ou divulgar produtos são alguns dos argumentos contrários às novelas.

Nessa concepção, as novelas contribuem para padronizar comportamentos, reforçar estereótipos e transmitir uma visão específica de mundo, como se fossem uma leitura neutra da realidade social.

Em contraposição a essa ideia, no entanto, há os que argumentam que as novelas cumprem um papel social importante na conscientização e na discussão de comportamentos das diferentes classes sociais brasileiras. Para estes, representantes de uma posição de análise que defende as novelas como elemento integrador, esse gênero de produção cultural tem o mérito de colocar em discussão temas próprios da realidade popular e que não encontram espaço de divulgação na agenda política de partidos e governos. Nesse sentido, temas como emancipação feminina, questionamento da estrutura patriarcal da sociedade brasileira, demandas de minorias sociais, como os homossexuais, foram debatidos primeiro nos folhetins e posteriormente na sociedade. Ou seja, as novelas teriam o papel de despertar a sociedade para questões que, por serem enraizadas na estrutura cultural ou demandarem mudanças profundas de comportamento, dificilmente são discutidas cotidianamente. Além disso, as novelas brasileiras cumpririam com louvor o papel de ser uma forma de entretenimento produzida com apuro tecnológico de alto nível.

A cientista social Esther Hamburger aponta que as duas perspectivas apresentam elementos válidos. De acordo com ela, as novelas de fato ultrapassam os limites da ficção e invadem a realidade social. Em determinados contextos, cumprem o papel de colocar demandas sociais em debate a despeito dos interesses da indústria.

*[...] Elementos da história e da cultura do Brasil estão presentes nas novelas como marca local do gênero – apesar das convenções contrárias da indústria internacional – desde os primórdios, como exemplificam as novelas de autoria de veteranos como Ivani Ribeiro, Walter Durst e Benedito Ruy Barbosa, ativos já na década de 1960. Nos anos 70, a conjuntura se tornou elemento de referência preponderante de dramas que apresentavam as tensões do país que se via como “do futuro” e que parecia crer que finalmente chegara a sua vez. Novelas conhecidas confirmam o esforço de autores engajados em extrapolar os limites do que classificam como*

“dramalhão”. Sem deixar de lado sua vocação melodramática, as novelas exageraram sua veia folhetinesca, ou seja, sua relação íntima com o universo extradiegético, com o mundo exterior à narrativa. Com essa referência constante à temporalidade contemporânea, as novelas se tornaram vitrinas privilegiadas do que significa ser “moderno”, em uma versão despolitizada e diluída do conceito: estar sintonizado com a moda e comportamentos contemporâneos.

O conteúdo político e ideológico das novelas marcaram o debate cultural nos anos 70 e foi tema de inúmeros trabalhos acadêmicos. Trabalhos estrangeiros, como salientei em outra oportunidade, leem as novelas da perspectiva de profissionais engajados e salientam sua capacidade de gerar ideologia política crítica a partir do interior da indústria cultural. Outros enfatizam o caráter industrial e comercial do produto para demonstrar que a intenção crítica de profissionais engajados não tem condições concretas de se realizar. Esses autores enfatizam o papel dos seriados televisivos na reprodução de ideologias dominantes e na disseminação do sonho do consumo. Trabalhos recentes especulam sobre a influência das novelas em comportamentos políticos imediatos, como, por exemplo, o resultado de eleições.

As pesquisas que discutem as relações das novelas, como programas femininos, não privilegiam a discussão das implicações políticas do gênero. E trabalhos que abordam as implicações políticas das novelas não consideram as implicações do gênero televisivo nas relações de gênero. Mas como programas destinados à mulher, nos anos 70 e 80, de classe média – imaginada no interior da indústria como senhora do espaço doméstico, interessada no romantismo e em tramas íntimas, em oposição ao homem, que seria telespectador privilegiado de documentários e telejornais –, as novelas escaparam dessas definições, gerando outros parâmetros, que por sua vez trouxeram outras questões ao debate. As novelas sinalizaram uma redefinição dos limites entre os espaços masculino e feminino, político e doméstico, público e privado, texto e contexto, teoria e prática.

HAMBURGER, E. A expansão do “feminino” no espaço público brasileiro: novelas de televisão nas décadas de 1970 e 1980. In: Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 15, no 1, jan./abr. 2007. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100010). (Acesso em: 11 out. 2012.)

Em outras situações, entretanto, as novelas se apresentam de fato como veículo de propaganda de grandes empresas e ideologias, criando moda, vendendo produtos e estabelecendo maneiras homogeneizadas de interpretação da realidade.

[...] A novela brasileira desafia polarizações entre alta e baixa cultura, cultura erudita e popular, modernismo e cultura de massa. O gênero convida análises que integrem formas de produção, expressões estéticas, estilísticas e dramáticas, e interlocuções distorcidas e mediadas estabelecidas com diversos segmentos do público, na compreensão de sociedades pós-industriais.

HAMBURGER, E. Telenovelas e interpretações do Brasil. Lua Nova, São Paulo, nº 82, 2011.

E você, como interpreta as novelas brasileiras? São instrumentos de alienação ou de reforço de demandas ou identidades sociais?

Assistir a novelas é um ritual enraizado no cotidiano de uma grande parcela de brasileiros e brasileiras.



## Instrumento jurídico

### A Lei e a defesa das manifestações da cultura popular

O debate sobre as diferentes manifestações culturais no Brasil tem sido travado há longo tempo, marcado por interpretações acerca de sua importância, principalmente no que se refere às manifestações da cultura popular. Durante as primeiras décadas do século XX, o samba era apreciado pelas classes populares e perseguido pelas autoridades. É famoso o discurso ácido do então senador Rui Barbosa contra a audição de ritmos musicais populares em uma recepção presidencial, caracterizando o maxixe como:

*"... a mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do batuque, do cateretê e do samba. Mas nas recepções presidenciais o 'corta-Jaca' é executado com todas as honras de Wagner, e não se quer que a consciência desse país se revolte, que as nossas faces se enrubescam e que a mocidade ria!"* Discurso de Rui Barbosa contra o corta-jaca em 1914.

Décadas depois, com as manifestações culturais populares incorporadas à realidade social, a Constituição Federal, em seus artigos 215 e 216, explicita a defesa da cultura popular pela legislação.

*Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

*§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.*

*§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. [...]*

*Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem.*

Fruto da ação dos movimentos culturais populares, em anos recentes uma série de leis consolidou a tendência de reconhecer os elementos da cultura popular como patrimônio cultural brasileiro, um avanço que reconhece e dá legitimidade a uma parcela significativa das manifestações culturais brasileiras. São exemplos desse movimento a Lei 5.543, de 22 de setembro de 2009, promulgada no Rio de Janeiro.

Outro exemplo nessa mesma tendência é o registro da capoeira como patrimônio imaterial da cultura brasileira (Processo 01450.02863/2006-80. Data de Registro: 21/10/2008. Essas e outras iniciativas demonstram que, apesar do longo caminho a ser trilhado, a cultura popular vem conquistando o merecido reconhecimento do seu papel na formação das culturas e identidades nacionais.

### As manifestações culturais e a realidade social.

Como se pode depreender do discurso de Rui Barbosa contra o corta-jaca, citado acima, nem sempre é fácil reconhecer o valor de uma manifestação cultural emergente. Até meados dos anos 1980, por exemplo, a capoeira ainda era vista com maus olhos nos círculos de classe média alta no Rio de Janeiro. Hoje, não mais. Do mesmo modo, a despeito da tutela legal, ainda há grande resistência em reconhecer as dimensões culturais do funk, mesmo entre estudantes e professores do Ensino Médio. Muitos, mesmo sem conhecer bem essa manifestação cultural, rejeitam seu conteúdo e sua estética, além de criticar sua dimensão rítmica, harmônica e melódica (que, para vários críticos, sequer existe). Considerando essas ponderações, realize a seguinte atividade com seus colegas de turma.

1. Pesquise sobre alguma manifestação de cultura popular que ocorre em sua região.
2. Em seguida, verifique como seus colegas avaliam essa manifestação cultural. Procure identificar quais as razões apresentadas para aceitação ou rejeição da manifestação apresentada.
3. Produza um texto relacionando as opiniões obtidas com o modo como (social e historicamente) a referida manifestação surgiu e se desenvolveu e de que forma reflete a realidade social de sua região.
4. Reúna-se com seus colegas e identifiquem quais manifestações culturais de sua região sofrem oposição semelhante à enfrentada pelo corta-jaca no início do século XX.